

As estratégias por trás da parceria estratégica Brasil-União Européia

The strategies behind the strategic partnership Brazil-EU

CLARISSA FRANZOI DRI*

Meridiano 47 n. 111, out. 2009 [p. 17 a 18]

A despeito de eventuais expectativas do setor econômico, a retomada das negociações para o acordo de associação comercial entre o Mercosul e a União Européia (UE) não esteve entre as prioridades da III Cúpula Brasil-UE, realizada no último dia 6 de outubro em Estocolmo. A reunião, organizada pelo Conselho Europeu, órgão representativo dos Estados da UE, e pela Comissão Européia, instituição técnica e executiva do bloco, buscou dar continuidade ao acordo de parceria estratégica entre a UE e o Brasil, lançado em 2007.

A primeira reunião de cúpula, realizada em Lisboa, marcou o início da aliança e definiu prioridades vinculadas ao "reforço do multilateralismo": reforma da ONU, combate à pobreza e promoção dos direitos humanos. No final de 2008 o Brasil sediou o segundo encontro, marcado pelos debates acerca da crise financeira. Desta vez, sob o impulso da presidência sueca na UE, as discussões centraram-se em questões ambientais: aquecimento global, Amazônia e biocombustíveis. Houve também um apelo contra o protecionismo comercial e pelo reinício das negociações de Doha.

Os resultados da reunião de Estocolmo inserem-se no contexto de uma nova orientação da política externa da União Européia, que passa de uma lógica inter-regional para uma abordagem diretamente dirigida a terceiros Estados. Desde seus primórdios, nos anos 50, a União buscou estimular o regionalismo pelo mundo, promovendo acordos comerciais e oferecendo ajuda ao desenvolvimento prioritariamente a blocos regionais do que a países. A tentativa de exportação do modelo europeu era calcada basicamente em

dois princípios. Em primeiro lugar, havia a expectativa, entre burocratas e políticos da UE, de que o sucesso da integração regional na Europa poderia se repetir em outros lugares, trazendo desenvolvimento econômico e consolidação da democracia a regiões periféricas. Em segundo lugar, o espraimento do regionalismo poderia favorecer as trocas econômicas da UE, que encontraria condições similares de organização e negociação em outros continentes.

Meio século depois, o exemplo europeu encontra dificuldades para se reproduzir. A Ásia e a América do Norte adotaram projetos mais voltados à liberalização comercial, enquanto a África e a América Latina oscilam entre os obstáculos institucionais para a consolidação do regionalismo e a busca de um modelo próprio de desenvolvimento. A União Européia recorre então a uma atuação mais pragmática: ao invés de continuar esperando por um aval conjunto de blocos regionais, inicia contatos privilegiados com países isolados. É o caso das tratativas com Peru e Colômbia para a assinatura de um acordo comercial fora do âmbito da Comunidade Andina, ou mesmo da parceria estratégica com o Brasil. Não se trata de um abandono do ideal das negociações inter-regionais, mas sim de uma estratégia de cunho político e econômico para evitar o bloqueio, a curto prazo, de interações consideradas relevantes. Esse tipo de ação vai plenamente ao encontro da filosofia de suporte aos governos nacionais, adotada pela atual Comissão Européia. Com a recondução no cargo de presidente do órgão por mais cinco anos, o português José Manuel Barroso deve manter sua linha liberal e ancorada mais na lógica de uma integração flexível e

* Mestre em Direito das Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina -UFSC e Doutoranda do Instituto de Estudos Políticos da Universidade de Bordeaux, França (clarissadri@yahoo.com.br) .

intergovernamental do que nos princípios federalistas que pregam mais união e mais supranacionalidade.

No caso da América do Sul, existem motivações particulares. Em 2004, as discussões relativas ao âmbito comercial do acordo de associação Mercosul-União Européia foram suspensas devido a desentendimentos relativos às demandas européias por uma maior liberalização de setores industriais e de serviços, de um lado, e às solicitações do Mercosul por um aumento de cotas para seus produtos agrícolas, de outro. Enquanto isso, afirmaram-se nos governos latino-americanos forças de esquerda que contrastam com o poder dos partidos de direita na Europa, hoje dominantes no Parlamento Europeu e também entre os Executivos nacionais. Líderes como Hugo Chávez e Evo Morales são encarados com receio pela elite européia, que se sente mais confortável ao tratar com presidentes considerados mais moderados ou estáveis, como Lula ou Michelle Bachellet. Sem acordo com o Mercosul, a UE se viu impelida a oferecer um status especial ao Brasil como forma de manter uma certa influência na região e assim contrabalançar os ímpetus de liderança do governo venezuelano através da vinculação com o governo brasileiro.

Essa nova abordagem da União Européia encontrou eco na atual fase da política externa do governo Lula. A chegada ao poder do Partido dos Trabalhadores, que tem vinculações históricas com outros partidos de esquerda do continente, quase simultaneamente às vitórias eleitorais de Kircher na Argentina e Vazquez no Uruguai, chegou a ser encarada como um prelúdio do reforço da integração regional no continente. Os discursos presidenciais e a interrupção das negociações com os Estados Unidos relativas à Área de Livre Comércio das Américas pareciam confirmar essa tese. No entanto, o governo brasileiro não conseguiu decidir-se entre o aprofundamento da integração política no Mercosul e a construção de outras esferas de diálogo de âmbito alargado. Sem uma reforma institucional de base que permitisse objetivos mais concretos e ambiciosos ao Mercosul, nasceu a Comunidade Sul-Americana de Nações, que em 2008 transformou-se em União Sul-Americana de Nações (Unasul). Embora possua um

revestimento regional, a Unasul surge como um projeto explicitamente brasileiro, já que o país também busca neutralizar a influência de Chavez e afirmar-se como porta-voz da região.

Uma importante particularidade da política externa do governo Lula foi a diversificação das relações internacionais. Os Estados Unidos e a Europa perderam seu protagonismo com o estreitamento dos laços brasileiros com a América Latina e certas regiões da África e Ásia. A questão é em que medida esse diálogo sul-sul tende a ensejar formas horizontais de cooperação e no, caso latino-americano, aprofundamento da integração regional. Se o modelo europeu não é o mais adequado para o lado de cá do mundo, é preciso encontrar um caminho próprio para um real projeto conjunto. A construção de uma grande potência regional não contribui nesse sentido e corresponde à reprodução de um outro modelo, mais antigo do que o da integração européia. Há muito se sabe que só há desenvolvimento se há desenvolvimento comum: de pouco adianta o Brasil deixar sua tradicional posição de costas para a América Latina para virar-se de frente sobre um pedestal. Fica a expectativa de que a continuidade da parceria estratégica Brasil-UE possa refletir essas questões.

Recebido em 13/10/2009

Aprovado em 15/10/2009

Resumo: O acordo de parceria entre o Brasil e a União Européia desafia o movimento de inter-regionalismo empreendido pela UE e pode ir de encontro aos interesses do Mercosul enquanto bloco.

Abstract: The partnership agreement between Brazil and the European Union challenges the inter-regionalism movement started by the EU and may not correspond to the interests of Mercosur.

Palavras-chave: Inter-regionalismo. Mercosul. União Européia.

Key words: Inter-regionalism. Mercosur. European Union.